



A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA JOVENS E ADULTOS SURDOS EM UMA ESCOLA DE CAMPINAS

Palavras-Chave: SURDEZ, EDUCAÇÃO DE SURDOS, LÍNGUA DE SINAIS

Autores(as):

RAFAELLA MARTINI RAMOS, FCM – UNICAMP

Prof^ª. Dr^ª. NUBIA GARCIA VIANNA (orientadora), FCM - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

No Brasil e no mundo, há uma longa luta em prol do direito à educação e qualidade do ensino de surdos. Nos Estados Unidos, na década de 80, surgiu em contraponto ao oralismo, uma nova abordagem educacional chamada bilinguismo, que se tornou a base do que hoje conhecemos como Educação Bilíngue. A *Educação Bilíngue de Surdos* respeita a identidade linguística e cultural da comunidade surda, sendo que as escolas bilíngues adotam a língua de sinais como primeira língua (L1) e a língua do país, na modalidade escrita, como segunda língua (L2). No Brasil, esses novos pressupostos começam a ser discutidos a partir da década 90 por meio dos “Estudos Surdos” e embasam a luta por melhorias na educação (SKLIAR, 2016).

O avanço na qualidade da educação de surdos está intrinsecamente ligada ao reconhecimento e fortalecimento da língua de sinais. Thoma e Klein (2010) apontam que a década de 90 foi marcada por movimentos surdos, caracterizados por manifestações e protestos públicos que buscavam, principalmente, o reconhecimento da língua de sinais no Brasil (THOMA; KLEIN, 2010). Essa luta, de natureza política, social e científica, é um dos principais focos do movimento surdo, visto que é fundamental para a construção de uma política linguística para essa comunidade (BRITO; NEVES; XAVIER, 2013).

A primeira conquista dos movimentos surdos se deu com a publicação da Lei de Libras - Lei 10.436/2002 que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão dos surdos (BRASIL, 2002). Poucos anos depois, esta Lei foi regulamentada pelo Decreto 5.626/2005, importante documento legislativo que fortalece a Libras, detalha e especifica uma série de outros direitos que devem ser assegurados às pessoas surdas, inclusive o direito à Educação Bilíngue para surdos e à presença de intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) em ambiente escolar (BRASIL, 2005).

Deste modo, o presente trabalho teve por objetivo analisar a organização e o funcionamento de uma escola municipal para jovens e adultos com educação bilíngue para surdos em Campinas, a partir da perspectiva de profissionais.

METODOLOGIA:

Trata-se de pesquisa qualitativa que apresenta parte dos resultados da pesquisa de iniciação científica intitulada “A Proposta de Educação Bilíngue para Surdos em uma Escola Municipal para Jovens e Adultos de Campinas”.

Teve como campo de investigação uma escola municipal da rede de ensino de Campinas, localizada no interior do Estado de São Paulo. Esta rede é organizada pela Coordenadoria Setorial de Educação Básica (CEB), que é composta por quatro núcleos distintos: Educação Infantil, Educação Fundamental, Jovens e Adultos, e Educação Especial. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação (SME), as escolas regulares que optem por adotar princípios inclusivos devem seguir as diretrizes: 1. Fornecer uma educação escolar de qualidade para todos os alunos, independentemente de algumas características ou necessidades especiais. 2. Implementar orientações pedagógicas coerentes aos princípios adotados. 3. Demonstrar os benefícios de se receber em uma mesma sala alunos com e sem deficiência. 4. Viabilizar professores qualificados para atuar com pessoas com deficiências. Uma das escolas municipais na cidade de Campinas que seguem uma abordagem bilíngue é a Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos (EMEJA) Professor Sérgio Rossini, objeto deste estudo. A EMEJA Prof. Sérgio Rossini está localizada no centro da cidade de Campinas e oferece cursos noturnos. Seu horário de funcionamento é das 19h às 23h10, e os jovens e adultos são organizados em quatro termos distintos (CAMPINAS, 2022).

Os sujeitos desta pesquisa são profissionais da gestão da Secretaria Municipal de Educação (SME) e profissionais que compõem a equipe da escola municipal Sérgio Rossini e teve como *critérios de inclusão*: profissionais, servidores públicos ou terceirizados, que atuem nas funções de gestão educacional, direção, vice-direção, orientação pedagógica, na promoção da acessibilidade ou no ensino propriamente dito. E, como *critérios de exclusão*: estagiários e profissionais, que atuam na escola, da área de segurança, limpeza, alimentação e nutrição. Não assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para a coleta de dados foram feitas seis entrevistas semiestruturadas com profissionais da equipe escolar, sendo elas: com o vice-diretor, com um professor regente, com o professor bilíngue, com o professor de educação especial e com dois intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, sendo que o material coletado passou pela Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (BARDIN, 2011). Além disso, o projeto foi aceito pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAEE 48731921.6.0000.5404/parecer 5.940.181).

Profissão	Idade	Tempo de atuação na escola	Formação
Intérprete de Libras	29 anos	3 anos	Licenciatura em biomedicina. Pós graduação em tradução e interpretação e proficiência em Libras
Intérprete de Libras	43 anos	4 anos	Pedagoga. Proficiência em Libras. Pós-graduação em educação especial.
Professora bilíngue	43 anos	3 anos	Letras, português e inglês. Especialização em psicopedagogia, educação especial deficiência intelectual, educação especial deficiência auditiva e especialização em educação em libras.
Professor titular	37 anos	8 anos	Historiador. Mestrado e doutorado na Unicamp.
Professora da equipe bilíngue	37 anos	1 anos	Pedagoga. Habilitação em educação especial com ênfase em deficiência intelectual. Pós graduação no ensino de ciências em matemática. Mestrado na faculdade de educação da USP.
Profissional da gestão da escola	37 anos	4 anos	Formação em letras. Habilitação em língua portuguesa, língua inglesa e literatura. Linguista, pedagoga e psicanalista.

Tabela 1 – Perfil dos profissionais entrevistados

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O conjunto do material coletado, produto das entrevistas gravadas e transcritas, após terem passado pelas etapas previstas na Análise de Conteúdo, originou as seguintes categorias temáticas: 1) Concepção de educadores sobre educação bilíngue; 2) A escola: organização, funcionamento e recursos didáticos; 3) Acessibilidade para o estudante surdo no ambiente escolar; 4) Escola como lugar de escuta e suporte sócio-educacional; 5) Práticas intersetoriais da escola com a saúde; 6) Qualificação de educadores para atuação na educação bilíngue de surdos; 7) O estudante surdo e o mercado de trabalho.

Mais especificamente sobre a categoria temática 2 “A escola: organização, funcionamento e recursos didáticos”, tem-se que: a EJA funciona no período noturno e os jovens e adultos são divididos em primeiro, segundo, terceiro e quarto termo. A escola tinha seis alunos surdos matriculados e contava com uma equipe para a educação bilíngue; não havia instrutor de Libras. Com exceção das aulas de português, que eram ministradas por um professor bilíngue, utilizando a Libras como língua de instrução, as matérias escolares eram conduzidas pelos professores titulares que contavam com o trabalho de intérpretes de Libras para tradução e interpretação do conteúdo abordado. Professores,

intérpretes de Libras e o professor de educação especial buscavam estratégias pedagógicas e adaptavam materiais didáticos pensando no ensino de surdos.

Observou-se que o papel do intérprete, muitas vezes, se confundia com o papel do professor, pois ele se vê, em várias situações, obrigado a explicar conteúdos e não apenas a interpretar. Além disso, eles são vistos como as pessoas de referência dos estudantes surdos, tanto para questões escolares, como para outros temas, compartilhando assuntos pessoais da vida cotidiana, como problemas pessoais.

As dificuldades em definir e respeitar a função do intérprete de língua de sinais não é recente e têm sido objeto de discussões na literatura. No estudo realizado por Lacerda (2006), foi investigada a experiência de inclusão de um estudante surdo em uma escola regular, na qual havia a presença de um intérprete de Libras. Durante a pesquisa, a autora expôs que as intérpretes relataram enfrentar dificuldades em um ambiente adverso, em que muitas vezes o professor não assumia seu papel diante do aluno surdo, transferindo funções para elas e propondo atividades que não faziam sentido para esse aluno (LACERDA, 2006).

A Lei nº 12.319/2010 que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais, estabelece atribuições e requisitos para o exercício da profissão. O Intérprete de Libras tem a competência de realizar a interpretação simultânea ou consecutiva entre as duas línguas (Libras e Língua Portuguesa), com as seguintes funções: efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, e surdos-cegos e ouvintes, através da Língua Brasileira de Sinais e Língua Oral; interpretar atividades didático-pedagógicas e culturais em Libras/Língua Portuguesa em instituições de ensino; participar de processos seletivos e concursos públicos; atuar na acessibilidade em serviços e atividades de instituições de ensino e órgãos públicos, e fornecer serviços de interpretação em depoimentos judiciais, administrativos ou policiais (BRASIL, 2010). O papel do intérprete de Libras é diferente do papel do professor regente e é importante respeitar as atribuições e responsabilidades de cada um de acordo com a legislação e diretrizes educacionais.

CONCLUSÕES:

A escola conta com alguns profissionais da equipe bilíngue, oferecendo acesso aos conteúdos escolares na língua do estudante, viabilizando o aprendizado. Contudo, percebeu-se que a interação na e pela Libras se restringe à esta equipe e, na grande parte das vezes, aos intérpretes, não conseguindo o aluno surdo interagir com professores e pares ouvintes. Observa-se, na prática, uma certa exclusão do estudante surdo dentro do ambiente escolar, diante de uma proposta de educação que prega a valorização da cultura e identidade linguística dos surdos, visando uma educação e vivência escolar de qualidade.

BIBLIOGRAFIA

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. Tradução de: *L'Analyse de Contenu*.
- BRASIL. **Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> . Acesso em: 25 mar. 2022
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 24 mar. 2022.
- BRASIL. **Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília: Casa Civil, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm> Acesso em: 14 jul. 2023.
- BRITO, Fábio Bezerra de. NEVES, Sylvia Lia Grespan. XAVIER, André Nogueira. O movimento surdo e sua luta pelo reconhecimento da Libras e pela construção de uma política linguística no Brasil. In: ALBRES, Neiva de Aquino. NEVES, Sylvia Lia Grespan. **Libras em estudo: política linguística**. São Paulo: FENEIS, p. 67-103, 2013.
- CAMPINAS, Prefeitura Municipal. **Detalhes Escola**. Campinas, 2022. Disponível em:<https://integre-master.ima.sp.gov.br/integre/web/cons_escola_det.php?loc_cod=E0295&ensino=0&opcao=1&texto=sergio%20rossini&tipo_curso_cod=1&naed=1.NAED%20NORTE>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos cedes**, v. 26, p. 163-184, 2006.
- SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre a diferença: Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: SKLIAR C., organizadores. **A surdez: um olhar sobre a diferença**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2016. p.5-6.
- THOMA, A. DA S.; KLEIN, M. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação**, n. 36, 2010.